



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria Geral Judiciária
Departamento de Processos do Tribunal Pleno e do Órgão Especial
Serviço de Processamento Criminal (SEPRI)

GRATUIDADE

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PROCESSOS DO TRIBUNAL PLENO E DO ÓRGÃO ESPECIAL
CERTIFICA,

atendendo ao requerimento protocolizado sob o nº 3204/2026.00568424, formulado por **ANDERSON LUIS DE MORAES**, brasileiro, portador da carteira de identidade expedida pelo DETRAN/RJ sob o nº [REDACTED] inscrito no CPF sob o nº. 080.670.677-59, **dispensado do pagamento das custas referentes a expedição da presente certidão, nos termos do artigo 5º, inciso XXXIV, alínea b, da Constituição Federal**, que, em consulta ao sistema informatizado (e-JUD) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, consta que tramitou no Departamento de Processos do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, da Secretaria Geral Judiciária, o PETIÇÃO CRIMINAL Nº 0028136-07.2020.8.19.0000, em que figura como QUERELANTE, WILSON JOSE WITZEL, então Governador do Estado do Rio de Janeiro, à época, e como QUERELADO, ANDERSON LUIS DE MORAES, então Deputado Estadual, à época. Certifica que o processo foi autuado em 07 de maio de 2020 e distribuído, em 08 de maio de 2020, à Excelentíssima Desembargadora ODETE KNAACK DE SOUZA. Certifica que, na queixa-crime, de fls. 02/15, foi imputado ao Querelado os crimes de calúnia, difamação e injúria (artigos 138, 139 e 140, na forma do artigo 69, todos do Código Penal, com a causa de aumento de pena prevista no artigo 141, II, do mesmo diploma legal), sendo pleiteada, liminarmente, a "(...) concessão de medida cautelar para a retirada da postagem originariamente feita na rede social Facebook e Twitter e demais redes do autor (...)" e, no mérito a condenação do Querelado, bem como seja "(...) fixado na sentença penal condenatória o valor de reparação de que trata o art. 387, IV, do CPP.". Certifica que, em 12 de maio de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Relatora ODETE KNAACK DE SOUZA declarou sua suspeição, por motivo de foro íntimo; determinando a redistribuição. Certifica que o Querelante, em 12 de maio de 2020 e através da petição juntada às fls. 22/23, pugnando pelo envio de documento por meio eletrônico e reiterando o pedido liminar de retirada da postagem pelo querelado. Certifica que o processo foi redistribuído em 13 de maio de 2020 ao Excelentíssimo Desembargador LUIZ ZVEITER. Certifica que, em 13 de maio de 2020, o Excelentíssimo Desembargador Relator LUIZ ZVEITER declarou sua suspeição por motivo de foro íntimo, na forma do artigo 145, §1º, do CPC. Certifica que o processo foi redistribuído em 14 de maio de 2020 ao Excelentíssimo Desembargador ADRIANO CELSO GUIMARAES. Certifica que, em 14 de maio de 2020, o Excelentíssimo Desembargador Relator ADRIANO CELSO GUIMARAES declarou sua suspeição, por motivo de foro íntimo; determinando a redistribuição. Certifica que o processo foi redistribuído em 15 de maio de 2020 à Excelentíssima Desembargadora MARIA AUGUSTA VAZ MONTEIRO DE FIGUEIREDO. Certifica que, em 15 de maio de 2026, a Excelentíssima Desembargadora Relatora determinou a notificação do querelado para oferecimento de resposta, no prazo de 15 dias, na forma do artigo 167, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça. Certifica que o Querelado, em 15 de junho de 2020 e através da petição juntada às fls. 42/69, apresentou sua resposta à queixa-crime. Certifica que, em 16 de junho de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Relatora determinou a abertura de vista ao querelante e, na sequência à Procuradoria de Justiça para emissão de parecer. Certifica que a notícia do despacho foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico Nacional, em 18 de junho de 2020. Certifica que o Querelante, em 23 de junho de 2020, por meio da petição juntada às fls. 301/306, se manifestou sobre a petição do querelado. Certifica que, em 06 de julho de 2020, o Ministério Público se manifestou às fls. 308/339 pela "(...) Absolvição Sumária do querelado, com fundamento nos arts. 397, III do Código de Processo Penal e 6º, última parte, da Lei 8038/90, por reconhecimento de estar acobertado pela imunidade material estabelecida no art. 53 da Constituição da República no momento em que fez as afirmações aduzidas pelo Querelante (...)". Certifica que, em 09 de julho de 2020, p

Para validar este documento informe o código 45EZ.CB8W.RWZ2.A5G4 na página <https://www3.tjrj.jus.br/certidaoweb/#!/>



Excelentíssima Desembargadora Relatora foi disponibilizado relatório e pedido dia para julgamento. **Certi** que o acórdão, lavrado em 15 de setembro de 2020 e publicado em 16 de setembro de 2020, por maioria votos, foi rejeitou a preliminar de remessa do processo ao STJ, restando vencido somente o Desembargador Nagib Slaibi Filho que a arguiu e, no mérito, por unanimidade de votos, foi absolvido sumariamente o querelado, nos termos do voto da Relatora. Certifico que o trânsito em julgado do acórdão foi certificado à fl. 368. Certifica, por fim, que, em 04 de novembro de 2020, em cumprimento ao determinado pelo Excelentíssimo Desembargador Presidente do órgão julgador, os autos foram arquivados. Eu, Luciana R. Vieira, Serviço de Processamento Criminal, matrícula 01/29.249, digitei, eu, Eduardo Guimarães de Mello Alves, Diretor da Divisão de Processos Judiciais, matrícula 01/23513, conferi a presente certidão. Departamento de Processos do Tribunal Pleno e do Órgão Especial da Secretaria Geral Judiciária, em 16 de julho de 2026.

ELKE AUTUORI SPITZ PAIVA

Diretora do Departamento de Processos do Tribunal Pleno e do Órgão Especial
Secretaria Geral Judiciária (SGJUD)
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

